



32761191



08084.002402/2024-53



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

NOTA TÉCNICA Nº 80/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ

PROCESSO Nº 08084.004959/2023-48

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da consolidação da análise da proposta comercial e da habilitação do fornecedor **REAL JG FACILITIES S/A DF, CNPJ 08.247.960/0001-62, CNPJ nº 08.247.960/0001-62**, quarto colocado no Pregão Eletrônico nº 90008/2025 (UASG 200005) realizado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), cujo objeto é a contratação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de todo o material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, para atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (Órgão Gerenciador), da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN (Órgãos Participantes), em Brasília/DF, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital PE nº 90008/2025 (32470922).

2. DA NEGOCIAÇÃO

2.1. Convocada, via chat, para negociação, a empresa pronunciou-se quanto à impossibilidade de ser ofertada melhor proposta.

3. DAS DECLARAÇÕES

3.1. O item 5.4 do Edital do PE nº 90008/2025 dispõe que o licitante, quando do cadastramento da proposta, deverá declarar em campo próprio do sistema que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2. No que se refere à essa exigência, verifica-se que a empresa atendeu integralmente ao disposto no Edital, conforme demonstra o Relatório de Declarações (32640227) extraído do Portal de Compras do Governo Federal.

4.]DA DILIGÊNCIA

4.1. Em primeira análise, a unidade demandante, por meio da Nota Técnica 55 (32753642), apontou a necessidade de diligência, tendo em vista que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa REAL JG FACILITIES S/A DF - CNPJ 08.247.960/0001-62 (CNPJ nº 08.247.960/0001-62) apresentava inconsistências que demandavam ajustes.

DA ANÁLISE

2.1. Em análise preliminar da proposta apresentada pela empresa REAL JG FACILITIES S/A DF, inscrita no CNPJ nº 08.247.960/0001-62, constatou-se a necessidade de ajustes pontuais na planilha de custos e formação de preços, conforme descrito a seguir:

I - Arquivo "1 - MJSP - Itens 1 a 10+vf01" (aba "Utensílios"): Verificou-se uma inconsistência na **coluna "valor total"**, especificamente nas células **F20 e F22 a F28**. O valor total indicado nessas células não corresponde ao resultado da multiplicação entre a quantidade e o valor unitário informado, havendo divergência nos cálculos. Dessa forma, faz-se necessário o ajuste dos valores para que reflitam corretamente a operação

aritmética prevista na planilha.

II - Arquivo "3 - SENAPPEN - Itens 14 a 16+vf01" (aba "Servente III"):Na célula D6, foi identificado o lançamento do valor referente ao **adicional de insalubridade**. Ressalta-se, contudo, que tal adicional deve ser aplicado **exclusivamente ao posto de agente de higienização de banheiros**, não sendo devido ao posto de **servente**. Assim, impõe-se a exclusão do referido valor, de modo a adequar a planilha às condições definidas no Termo de Referência.

CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, sugere-se a realização de diligência junto à licitante, no sentido de que sejam realizados os ajustes indicados. Ressalta-se que somente após a devida correção e reapresentação da planilha será possível proceder à análise completa da proposta, incluindo a verificação dos documentos de habilitação e do atendimento integral aos requisitos definidos no Termo de Referência.

4.2. Nesse sentido, promoveu-se a diligência junto à empresa, que, tempestivamente, anexou ao sistema Compras o documento SEI nº 32765032.

5. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS FORMAÇÃO DE PREÇOS

5.1. Da análise empreendida por este pregoeiro, depreende-se que a proposta comercial e a planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa (32728245) atendem aos requisitos editalícios constantes na cláusula 6 do instrumento convocatório, bem como segue o modelo proposto no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

5.1.1. Em sua proposta comercial, a licitante declara a utilização da seguinte convenção coletiva: Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal - SINDPD/DF – DF000552/2023

5.1.2. Instada a manifestar-se, a Unidade Demandante conclui pela aceitabilidade da proposta comercial da empresa Real JG Facilities S/A DF, CNPJ nº 08.247.960/0001-62, nos termos da Nota Técnica 56 (32760111):

2.1. Após a realização da Diligência nº 1, verifica-se que a proposta de preços e a planilha de custos encaminhadas pela licitante encontram-se de acordo com os modelos constantes nos Anexos II e III do Termo de Referência, apresentando-se formalmente adequadas às disposições do instrumento convocatório.

2.2. A seguir, registra-se a manifestação desta área técnica quanto à verificação dos itens de custo que compõem a planilha analítica apresentada pela proponente:

MÓDULO 1 – Composição da Remuneração.

2.2.1. A empresa observou corretamente o disposto no item 9.4 e respectivos subitens do Termo de Referência, no que se refere aos valores salariais dos profissionais indicados, bem como ao adicional de insalubridade devido ao posto de agente de higienização de banheiros.

MÓDULO 2 – Encargos e Benefícios.

Submódulo 2.1 (13º salário e adicional de férias):

2.2.2. Foram adotados os percentuais indicados no modelo de planilha de custos, em conformidade com o Termo de Referência.

Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições):

2.2.3. Com base na documentação apresentada, constatou-se que a atividade principal da licitante está classificada sob o CNAE 78.30-2/00 – Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. Para este CNAE, de acordo com o Anexo I da IN RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, a alíquota do RAT aplicável é de 2%. Considerando que o multiplicador do FAP da empresa corresponde a 0,9683, conforme relatório “Resultado da Consulta FAP – Ano Vigência 2025”, o RAT ajustado resulta em 1,9366% (aproximadamente 1,94%), percentual corretamente indicado na planilha. Os demais encargos e contribuições foram cotados em consonância com a legislação vigente.

Submódulo 2.3 (Benefícios mensais e diários):

2.2.4. Os valores referentes ao vale-transporte foram fixados de acordo com o item 9.4 do TR. Os custos com auxílio-alimentação foram orçados em conformidade tanto com o instrumento coletivo de trabalho aplicável quanto com o disposto no item 9.4 do Termo de Referência.

MÓDULO 3 – Provisão para Rescisão; MÓDULO 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente; e MÓDULO 5 – Insumos Diversos.

2.4.5. Os valores atribuídos a esses módulos não apresentaram indícios de sobrepreço nem de inexecuibilidade, estando compatíveis com a estimativa inicial elaborada na fase de planejamento da contratação.

MÓDULO 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

2.2.6. No tocante aos impostos federais (PIS e COFINS), a licitante indicou percentuais compatíveis com a média dos efetivos recolhimentos realizados pela empresa nos últimos doze meses, em consonância com os itens 6.5 e 6.5.1 do Edital.

2.2.7. O percentual de ISS informado mostra-se compatível com

o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e no art. 38, inciso II, do Decreto Distrital nº 25.508/2005.

2.3. Diante da análise empreendida, conclui-se que a proposta de preços e a planilha de custos apresentadas pela empresa REAL JG FACILITIES S/A DF, CNPJ 08.247.960/0001-62, atendem integralmente às exigências do Termo de Referência e encontram-se em conformidade com os parâmetros legais e editalícios aplicáveis.

6. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Os requisitos de qualificação técnica estão descritos no Anexo I do Edital PE nº 90008/2025 (32470922)

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnicooperacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.1.1. Da análise promovida pelo setor requisitante tem-se que a empresa atende aos requisitos editalícios, conforme consignado na item 3 da Nota Técnica 56 (32760111):

3.2. A licitante apresentou declaração formal atestando possuir pleno conhecimento das condições e particularidades necessárias ao correto dimensionamento da quantidade de empregados a serem alocados, bem como das metodologias, tecnologias, equipamentos, EPI's, materiais e insumos indispensáveis à execução do objeto licitado. Na mesma oportunidade, declarou que não alegará desconhecimento em eventuais questionamentos futuros que possam ensejar desavenças técnicas ou financeiras com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, assumindo integralmente os ônus decorrentes da execução contratual. Tal manifestação atende ao disposto no item 9.30 do Termo de Referência.

3.2. No que se refere à comprovação da qualificação técnico-operacional, nos termos do item 9.31 e subitens do TR, a empresa apresentou 13 (treze) atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público. Entre eles, destaca-se o atestado fornecido pela Câmara dos Deputados, referente ao Contrato nº 154/2013, que por si só evidencia a execução de serviços de natureza e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação, superando o quantitativo mínimo estabelecido no item 9.41.1.2 do Termo de Referência, além de abranger período de tempo superior ao exigido pelo item 9.31.1.1 do mesmo instrumento.

3.3. Adicionalmente, a licitante apresentou declaração de que mantém escritório em Brasília/DF, com capacidade operacional para recepção e solução de demandas da Administração, atendendo ao exigido no item 9.32 do TR.

3.4. Diante da análise empreendida, constata-se que a empresa atendeu de forma integral aos critérios de qualificação técnica previstos no Termo de Referência, estando habilitada sob o

7. DAS ANÁLISE DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. No que tange ao atendimento das demais exigências do Edital, a empresa cumpre todos os requisitos, conforme demonstrado, a seguir:

FASE DE JULGAMENTO - EDITAL DO PE Nº 90008/2025 (32470922)				
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
8.1.1	SICAF	32728620	ATENDE	*
8.1.2.	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União			
8.1.3.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União			
8.3.1.	Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
9.10	Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial	32728314	ATENDE	Contrato social

	da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;			
HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - ANEXO I DO EDITAL DO PE Nº 90008/2025 (32470922)				
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
9.15.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso	32728620	ATENDE	SICAF- Nível III
9.16.	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional			
9.17.	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)			
	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a			

9.18.	apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;			
9.19.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;			
9.20.	Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre			

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - ANEXO I DO EEDITAL DO PE Nº 90008/2025 (32470922)

ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
9.24.	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor	32728245		*
9.25.	Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).	32763665		Relatório referente último exercício financeiro (2024), conforme exigido no item 9.25.

9.25.1.	Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;	32763665	ATENDE	<p>16,66% X R\$ 9.691.851,84 (valor anual estimado da contratação) = R\$ 1.614.662,52</p> <p>Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) = R\$ 154.529.390,10</p> <p>Valor mínimo exigido: R\$ 1.614.662,52</p> <p>Valor apresentado: R\$ 154.529.390,10</p> <p>Resultado: <u>154.529.390,10 > 1.614.662,52</u></p>
9.25.2.	Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.	32763665		<p>10% do valor anual da contratação = R\$ 969.185,18</p> <p>Patrimônio líquido (PL) = R\$ 181.739.695,00</p> <p>Valor mínimo exigido: R\$ 969.185,18</p> <p>Valor apresentado: R\$ 181.739.695,00</p> <p>Resultado: <u>181.739.695,00 > 969.185,18</u></p>
9.28.	Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da	32763665		<p>Contratos firmados: R\$ 1.469.906.266,34/12 = R\$ 122.492.188,86</p> <p>Patrimônio líquido (PL): R\$ 181.739.695,00</p> <p>Resultado: <u>122.492.188,86 < 181.739.695,00</u></p>

	proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado			
9.28.2.	Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.	32763665		-137% Apresentada justificativa

8. CONCLUSÃO

8.1. Diante da análise empreendida e amparada pelo pronunciamento da unidade técnica demandante, esta pregoeira se manifesta pela **ACEITAÇÃO** da proposta comercial e pela **HABILITAÇÃO** da empresa **REAL JG FACILITIES S/A DF, CNPJ 08.247.960/0001-62**, inscrita sob **CNPJ nº 08.247.960/0001-62**, com o valor total de **R\$ 45.835.338,00** (quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais) no âmbito do **Pregão Eletrônico n.º 90008/2025**.

Atenciosamente,

LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO QUEIROZ

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Lidianny Almeida de Carvalho Queiroz, Pregoeiro(a)**, em 25/08/2025, às 14:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32761191** e o código CRC **EE083DEE**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

